

UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E A PANDEMIA DE 2020

Dirce Zan¹

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
dircezan@unicamp.br

Nora Krawczyk²

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
3105nora@gmail.com

Poucas instituições estarão tão ameaçadas. Mas nenhuma será tão importante para ajudar as sociedades pensar um mundo regido por novas lógicas. Mais: para transformar, a universidade precisará revolucionar-se.
(Boaventura de Sousa Santos)

145

Dossier especial

RECIBIDO: 29/10/2020

ACEPTADO: 20/12/2020

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar um quadro da recente expansão do ensino superior no Brasil, principalmente na rede pública, e as disputas e ameaças a esse processo que se apresentam no contexto atual da pandemia. Relata algumas das ações das universidades públicas paulistas, visando adaptar-se à suspensão de atividades presenciais, em razão do necessário distanciamento social. A flexibilização acadêmica e administrativa e a inclusão do ensino remoto são as principais ações adotadas nesse processo. Analisa também a complexidade da situação estudantil, que provoca nos alunos um turbilhão de emoções diante da incerteza sobre o que está acontecendo e o que está por vir. Discute o fato de que a necessidade atual de utilização do ensino remoto e de implementação de ferramentas digitais no Brasil está acelerando a venda de plataformas para todos os níveis de ensino, e elas poderão continuar sendo utilizadas no período pós-

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Unicamp e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade da Faculdade de Educação/Unicamp.

² Professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Unicamp e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade da Faculdade de Educação/Unicamp.

pandemia. Estimulado pela indústria técnico-educativa, atualmente é cada vez mais presente o discurso favorável ao ensino híbrido na universidade, que poderá levar a uma reconversão dramática do processo educacional ao serviço do capital, com flexibilização até mesmo das leis de contratação e compra de serviços privados pelas instituições públicas de ensino.

Palavras-chave: Pandemia, Universidade Pública, Brasil.

LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEÑAS Y LA PANDEMIA 2020

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar un escenario de la reciente expansión de la enseñanza universitaria en Brasil, principalmente en el sistema público, las disputas y amenazas que se presentan, en el contexto actual de la pandemia. Informa algunas de las acciones implementadas por las universidades públicas de São Paulo que apuntaban adecuarse a la suspensión de las actividades presenciales, debido al necesario distanciamiento social. La flexibilidad académica y administrativa y la inclusión de la enseñanza remota son las principales acciones adoptadas en este proceso. También analiza la complejidad de la situación de los estudiantes, provocando una vorágine de emociones ante la incertidumbre sobre lo que está pasando y lo que está por venir. Se analiza el hecho de que la necesidad actual de utilizar la enseñanza remota y la implementación de herramientas digitales en Brasil está acelerando las ventas de plataformas para todos los niveles de enseñanza y podría seguir utilizándose en el período pos pandémico. Hoy en día está cada vez más presente el discurso a favor de la docencia híbrida en las universidades, estimulado por la industria tecno educativa que podría conducir a una reconversión dramática del proceso educativo al servicio del capital con la flexibilización incluso de las leyes de contratación y la compra de servicios privados por parte instituciones educativas públicas .

Palabras-clave: Pandemia, Universidad Pública, Brasil

BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES AND THE 2020 PANDEMIC

Abstract: This essay aims to present a scene of the recent expansion of college education in Brazil, mainly in the public system, and the disputes and threats to this process that present themselves in the pandemic's context. It reports some of the actions implemented by public universities from São Paulo that aimed at their adaptation to the suspension of on-site activities, because of the needed social distancing. The academic and administrative loosening and the inclusion of remote teaching are the main actions adopted in this process. It also analyses the complexity of the students' situation, causing a maelstrom of emotions before the uncertainty about what is happening and what is to come. It discusses the fact that the present necessity of utilizing remote teaching and the implementation of digital tools in Brasil is accelerating the sales of platforms for all levels of teaching and could continue to be utilized in the post-pandemic period. Nowadays is increasingly present the discourse in favor of hybrid teaching in universities, stimulated by the techno-educational industry that could lead to a dramatical reconversion of the educational process at service of the capital with the loosening even of hiring laws and private services purchase by public teaching institutions.

KEYWORDS: Pandemic, public university, Brazil.

INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus chegou ao Brasil no início deste ano e tem se alastrado pelo País de forma descontrolada. No momento em que escrevemos este texto, novembro de 2020, já são mais de 175 mil mortos, e existem avaliações de que, muito provavelmente, esteja se aproximando uma segunda onda, que poderá ser ainda mais severa e agravar ainda mais a situação da população, em especial, dos mais pobres. Chegou após sete anos de recessão e de baixo crescimento econômico do País e em meio a um conjunto de reformas austeras do Estado, que alteraram as leis trabalhistas, as regras da previdência social e deixaram mais vulneráveis trabalhadores e grupos sociais

historicamente abandonados pelo poder público. Ademais, a aprovação da emenda constitucional que restringe os gastos públicos federais diminuiu de fato os recursos para áreas como saúde e educação³.

A situação do País se agudiza à medida que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, atua na negação da gravidade da pandemia e se omite na implantação de medidas capazes de amenizar a disseminação do vírus e o sofrimento da população, causando ainda maior transtorno para o País⁴ e insegurança para qualquer medida que as instituições educativas possam tomar. Eleito na onda do avanço do conservadorismo religioso e neoliberalismo econômico na sociedade, defendendo princípios antidemocráticos, o Presidente foi avalizado por uma elite e uma classe média reacionárias, cujos interesses se comprometeu a atender.

Esse processo, como nos informa Souza (2017, 2019), reafirma a formação cultural brasileira, fortemente marcada pelo patriarcado e por sua herança escravocrata. Ao longo de seus estudos, Souza (2019) tem apontado para a necessidade de superar a crítica sobre o momento atual que, de certo modo, tem como ponto de partida a contraposição entre democracia e fascismo, esquecendo-se de que, há bastante tempo, parte da sociedade brasileira, em especial a população negra e pobre, já convive cotidianamente com a prática violenta do fascismo.

No caso da educação, para além das repercussões dessas reformas no trabalho docente – precarização de contratos, achatamento de salários, ampliação do tempo de contribuição para aposentadoria e aumento do índice de desconto salarial para fins previdenciários –, atravessamos um momento de política macarthista de ataque aos professores, de tentativa de imposição de seus materiais didáticos e interferência nas aulas, reforçando um comportamento social de denúncia e tentativa de cerceamento da liberdade de cátedra. Essas diferentes ações estão focadas no disciplinamento das futuras gerações e na sua socialização nos valores conservadores de autoridade, aliadas à desvalorização da formação geral do jovem e o retorno a uma formação profissional sem fundamentação científica e baseada na inculcação de valores e comportamentos para o “sucesso no mercado de trabalho” (Krawczyk & Zan, 2020; Zan & Krawczyk, 2019).

Como uma das “estratégias de governo”, o presidente Bolsonaro passou a atacar as instituições universitárias desde o início de seu mandato. Promoveu cortes orçamentários que colocam em risco a manutenção dessas instituições, atingindo em especial áreas das ciências humanas e colocando em risco o recente processo de inclusão social vivido pelas instituições universitárias, em consonância com o avanço do movimento conservador, que passou a eleger a educação como campo de batalha decisivo. Para eles, a educação pública, em seus diferentes níveis e, prioritariamente, no ensino superior, é um “aparelho ideológico” que precisa ser tomado do que denominam o “marxismo cultural” (Santos, Musse & Catani, 2020).

³ Emenda nº 55, de 2016, à Constituição Federal Brasileira.

⁴ A mais recente crise produzida por esse governo tem relação com a fabricação e a distribuição da vacina Coronavac em parceria entre a empresa chinesa Sinovac Life Science e o Instituto Butantã, que, conforme informação que consta em seu *site* (<https://butantan.gov.br/>), é uma instituição pública centenária centrada na divulgação e no desenvolvimento de iniciativas e produtos voltados para a saúde pública. O presidente tenta ideologizar a vacina e criar confusão na população acerca da sua eficiência e dos possíveis riscos para a saúde da população.

Além disso, recorrentemente o presidente tem atuado para interferir na sua gestão, indicando dirigentes em consonância com os princípios de seu governo, o que, muitas vezes, contraria a preferência das comunidades universitárias, explicitada em suas consultas públicas⁵, autonomia conquistada pela Universidade desde a Constituição Federal de 1988⁶. Essas ações levaram à movimentação da comunidade acadêmica e científica, repercutindo em ações coletivas da sociedade civil⁷ e da bancada progressista de parlamentares.

Paralelamente a esses ataques, a pandemia trouxe, para as instituições públicas de ensino superior, o enorme desafio de reorganizar-se na oferta de seus cursos e na manutenção e intensificação de suas pesquisas – em especial, naquelas áreas que contribuiriam para compreender o contexto atual e para superar a crise social e de saúde pública que se intensificou com a pandemia.

São momentos como esses que demandam de nós, pesquisadores, capacidade de análise para suplantar a aparência dos discursos e práticas.

Neste artigo, faremos uma breve retomada do processo recente de expansão das universidades públicas brasileiras, com o intuito de apontar para a significativa mudança no perfil dos estudantes e para a forma como as instituições têm buscado responder aos desafios impostos pela pandemia, focando, em especial, nas possibilidades que são desenhadas no campo da ação pedagógica.

O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL – A RECENTE EXPANSÃO E A PANDEMIA

O ensino superior público no Brasil está conformado por Universidades Federais e Estaduais, isto é, as primeiras são mantidas com recursos federais e estão espalhadas por todos os estados brasileiros, enquanto as universidades estaduais são mantidas pelos seus respectivos estados e se localizam, de forma restrita, no território estadual ao qual estão vinculadas. Hoje temos, aproximadamente, 69 universidades federais distribuídas por todo o País e 44 universidades estaduais.

⁵ Exemplos são os diversos abaixo-assinados que circularam nas redes sociais, muitos encabeçados por parlamentares e/ou comunidades acadêmicas, refutando a indicação de reitores feita pelo presidente. O presidente chegou até a editar Medida Provisória que previa a mudança na forma de escolha dos dirigentes das instituições públicas federais, o que resultou em ampla mobilização (“Bomba...”, 2020). Mais recentemente, a partir de pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) inquiriu a presidência da república sobre esses atos. (D’Agostino, 2020).

⁶ Importante destacar que no Brasil, o artigo 207 da Constituição Federal assegura autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira. No caso das universidades públicas, seus dirigentes maiores, docentes que assumem a reitoria, são escolhidos pela comunidade acadêmica de cada instituição, considerando votos de estudantes, funcionários docentes e não-docentes. Após a consulta, é montada uma lista tríplice pelo Conselho Universitário dessas instituições e encaminhada ao governador do estado, no caso das estaduais, e ao presidente da república, no caso das instituições federais. Tradicionalmente, os governantes indicam o primeiro da lista, respeitando a decisão tomada pelo colegiado maior das instituições.

⁷ Exemplo dessas manifestações são as Marchas pela Ciência, organizadas por diferentes entidades acadêmicas e científicas que foram às ruas no dia 15/05/2019 e que, desde o início da pandemia, já realizaram manifestações também de forma virtual. Um registro dessa manifestação está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-rfjziXEqC8&feature=youtu.be>.

Uma das mais importantes ações do governo federal progressista nas gestões do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2015) foi o processo de expansão da rede pública de ensino superior federal. Através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve início em 2003 e se instituiu como programa em 2007 (Brasil, 2007), foram criadas 17 novas universidades, na sua maioria em um modelo *multicampi*. As novas instituições foram implantadas principalmente em regiões onde havia uma baixa oferta de ensino superior. Como parte desse processo, destacamos a criação de duas universidades com projetos inovadores e estratégicos de internacionalização em importantes contextos geopolíticos: a Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Além dessas novas instituições, houve um forte investimento na expansão de *campi* das universidades já existentes, no contexto de um projeto político de interiorização do ensino superior.

Entretanto, como afirma Sguissardi (2008), por mais significativo que tenha sido esse movimento, ele ainda é tímido diante da massiva expansão do ensino superior privado ocorrida no mesmo período e que se deu, especialmente, a partir de instituições privadas ou mercantis. Para o autor, esse processo foi acelerado e marcado pela mercadorização⁸ do ensino, ultrapassando limites geográficos e contando com o financiamento de grupos e fundos de investimento, nacionais e internacionais. A expansão do setor privado produziu a proliferação da oferta de cursos universitários na modalidade de Educação a Distância, chegando, em 2018, a ter uma presença maior de estudantes de graduação nessa modalidade, especialmente na rede privada (7 milhões de matriculados), do que em cursos presenciais (6 milhões de matriculados) (“Por que a graduação ...”, 2020). Intenso debate tem ocorrido no campo da educação sobre esse tema⁹. No entanto, considerando a escolha que fizemos para este texto, centraremos nossa atenção nas instituições universitárias públicas que ofertam ensino presencial e pertencem à rede federal e, em especial, à rede estadual paulista.

As atuais 69 universidades federais que se fazem presentes nas cinco regiões do País atendem mais de um milhão de estudantes.

Para além do processo de expansão de instituições e *campi* universitários, uma transformação importante para as universidades públicas brasileiras nas últimas décadas está na adoção de políticas afirmativas. Desde 1995, diferentes ações foram realizadas no âmbito do governo federal, com vistas à definição de políticas afirmativas, consolidando preceitos definidos na Constituição Federal de 1988. Segundo Venturini (2020), foi naquele momento que o governo federal, pela primeira vez, admitiu discutir políticas voltadas especificamente para a população negra. No entanto, no caso do ensino superior, foi apenas no início do século XXI que se passou a desenvolver ações visando ao combate ao racismo e à discriminação.

A Lei de Cotas, como ficou conhecida a Lei 12.711, aprovada em 2012 (*Lei n. 12.711, 2012*), definiu que 50% das vagas de todos os cursos das instituições de ensino técnico e de educação superior da rede federal deveriam ser reservadas para estudantes egressos de escola pública. Metade

⁸ A mercadorização significa o processo de transformação das coisas e das práticas sociais, segundo a lógica do mercado.

⁹ Dentre os vários trabalhos, indicamos: Castro e Araújo (2018) e Minto (2018).

delas deveria ser reservada para estudantes de famílias com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo mensal e, desse último contingente, deveria haver também a reserva de vagas para estudantes negros e indígenas, respeitando a representatividade dessa população na região em que se encontra a instituição, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, é importante ressaltar que, anteriormente a essa lei, diferentes universidades públicas país afora vinham adotando políticas similares, com reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e egressas de escola pública. Eram iniciativas fragmentadas e reguladas por leis estaduais ou por deliberações internas das instituições universitárias. A primeira dessas experiências foi a da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2003 (Haas e Linhares, 2012).

A partir do processo de expansão e da adoção de políticas afirmativas, é possível observarmos uma modificação do perfil dos discentes, com presença de grupos sociais até então pouco representados nas universidades públicas, como indígenas, negros, moradores das periferias, povos do campo, comunidade LGBTQI+. Na grande maioria das vezes, pertenciam à primeira geração da família a obter um título de ensino superior¹⁰. Esse contexto desigual e diverso, hoje muito mais representativo do conjunto da sociedade brasileira, tem desafiado as instituições a promover políticas que garantam a permanência econômica e acadêmica desses estudantes. Em um contexto de cortes de gastos públicos, agravado pela pandemia que estamos atravessando, os desafios se multiplicam.

Este processo de expansão da universidade pública deve-se a vários fatores: pressão social, pressão do mercado de trabalho – que puxa cada vez mais para cima as exigências de certificação –, além de outros. Ele não aconteceu sem conflitos e resistências, já que significou, entre outras coisas, uma ruptura com a história da educação superior pública no Brasil e com sua presumida lógica meritocrática. A partir das experiências nas universidades públicas, é possível afirmar que a convivência com a diversidade do corpo discente tem sido uma fonte importante de aprendizagem para toda a comunidade universitária e contribui para a qualidade acadêmica e para a produção do conhecimento nas instituições (Alves Filho, 2017).

A REPERCUSSÃO DA CHEGADA DA EPIDEMIA NA VIDA UNIVERSITÁRIA

Em razão da pandemia, no dia 18 de março de 2020 o Ministério da Educação (MEC) autorizou que cursos presenciais adotassem a modalidade da educação a distância. Em junho deste ano, o MEC estendeu a autorização de aulas remotas até o final de 2020.

A maior parte das instituições suspendeu suas atividades e prorrogou o processo de retomada por mais tempo. Em razão da diversidade regional e da profunda desigualdade social do País, dirigentes e docentes optaram pela suspensão enquanto não se tinha um diagnóstico sobre as condições concretas para a readaptação e a inserção da comunidade ao ensino remoto. Além disso, em março, quando as ações se iniciaram, havia a expectativa de que a pandemia pudesse ser superada dentro de alguns meses e as atividades presenciais pudessem ser retomadas ainda neste ano.

¹⁰ Esse processo tem sido estudado por diferentes autores e, em especial, destacamos os trabalhos de Almeida (2007) e Lima, R. (2020).

Inúmeros relatos de dirigentes e estudantes contam do esforço realizado para o levantamento de informações sobre docentes e discentes, no que se refere às condições sociais, econômicas e, em especial, ao acesso a equipamentos e internet que pudesse ser utilizada a partir de suas residências. Pesquisa divulgada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em abril deste ano (Gomes, 2020) ¹¹apontava que 42% dos lares brasileiros não possuíam computadores. Além disso, dados do IBGE de 2018 revelavam que cerca de 25% da população brasileira com mais de 10 anos de idade – aproximadamente 45,9 milhões de brasileiros (Silveira, 2020) – não tinha acesso à internet. O diagnóstico produzido pelas universidades apontou para uma situação de dificuldade dos estudantes nesse acesso. Além do que, segundo o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), 70,2% dos estudantes das instituições federais de ensino superior no Brasil, incluindo também os Institutos Federais, possuem uma renda mensal familiar *per capita* de até um e meio salário mínimo (R\$1.567,50).

Esse quadro mobilizou esforços nas instituições para superar as dificuldades econômicas agravadas nesse momento e para obter as condições de conexão para seguir acompanhando as atividades de ensino, seja através da doação, de empréstimo ou até mesmo financiamento para compra de equipamentos ou da distribuição de *chips* para o acesso às redes.

Em setembro desse ano, 53 das universidades públicas federais já estavam realizando o ensino remoto, 15 permaneciam com suas aulas suspensas e uma instituição mantinha suas aulas de forma parcial.

No Brasil, no conjunto das instituições públicas de ensino superior existem também, como dissemos anteriormente, as universidades que são de responsabilidade dos governos estaduais. No estado de São Paulo, por exemplo, há universidades tradicionais e de grande relevância nos cenários científico e acadêmico nacional e internacional, que também passaram por mudanças significativas nos últimos anos.

AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS

O estado de São Paulo possui três universidades públicas: a Universidade de São Paulo – fundada em 1934 (USP); a Universidade Estadual de Campinas, fundada em 1966 (Unicamp); e a Universidade Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), criada em 1976, a partir da junção de diferentes instituições já existentes que atuavam no interior do estado¹². Essas são universidades consolidadas no campo da produção científica e que oferecem formação de excelência, recorrentemente se fazendo presentes nas primeiras posições em diferentes *rankings* das melhores universidades do mundo.

¹¹ Pesquisa divulgada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em abril deste ano apontava que 42% dos lares brasileiros não possuíam computadores.

¹² Existe também a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), que foi criada em 2012 e é destinada a oferecer cursos semipresenciais (<https://univesp.br/>). Tendo como foco, neste artigo, problematizar a forma com as instituições públicas tem se adaptado ao ensino remoto nesse contexto de pandemia, vamos desconsiderar essa instituição, por compreender que ela, desde sua origem, é adaptada ao ensino remoto.

Atualmente a USP atende 58 mil alunos na graduação e 30 mil em cursos de pós-graduação; a Unicamp possui 20 mil estudantes de graduação e 13.500 na pós-graduação; e a Unesp tem um total 38 mil estudantes matriculados nos cursos de graduação e 14 mil em cursos de pós-graduação. As três juntas perfazem um total de 116 mil estudantes de graduação e 57.500 estudantes de pós-graduação¹³. As três universidades oferecem cursos presenciais e gratuitos e são mantidas com recursos advindos da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do estado de São Paulo.

No caso das universidades estaduais paulistas, faz-se necessário destacar o movimento recente de inserção de estudantes de baixa renda, egressos da rede pública de educação básica, e do crescimento da presença de estudantes negros e indígenas em seus cursos.

Isso porque após a aprovação da Lei de Cotas no âmbito federal, de certo modo, avançou-se na definição de leis e estratégias para ampliar e diversificar a oferta de vagas para grupos sub-representados. E só em 2012, após forte mobilização social, a Assembleia Legislativa do estado aprovou o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP),¹⁴ oriundo de proposta encaminhada pelo governo do estado em parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP). Entretanto, a Frente Pro-Cotas em São Paulo, constituída no âmbito da mobilização em defesa de políticas afirmativas para as universidades públicas paulistas, apresentava discordâncias com o processo da definição da proposta.

Apesar da movimentação no âmbito do legislativo do estado e mesmo no interior das universidades, o estado de São Paulo foi um dos últimos a aderir à política de ações afirmativas. Em levantamento realizado em 2015 pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMAA), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, as universidades estaduais paulistas não compareciam com ações significativas com vistas à inclusão de grupos subrepresentados nas instituições (Euristenes, Campos & Feres Júnior, 2015).

Na Unicamp, algumas ações já tinham sido adotadas¹⁵ no sentido de ampliar a presença de estudantes oriundos das camadas populares. Entretanto, foi em 2017 – após uma longa e conflituosa greve de estudantes ocorrida no ano anterior – que se aprovou a adoção de cotas étnico-raciais, com 25% das vagas reservadas para autodeclarados pretos e pardos, e o vestibular indígena para o ingresso a partir do ano de 2019. Essas ações têm contribuído para uma maior presença de estudantes oriundos da escola pública: nesse ano, chegaram a compor um percentual de 45,4% dos ingressantes no vestibular de 2020. Quanto à diversidade racial e étnica dos estudantes, no ano de 2020

¹³ Informações obtidas nos *sites* das instituições. Respectivamente: <https://www5.usp.br/institucional/a-usp/>; <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/historia>; e <https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/>

¹⁴ Carta aberta da Associação Juizes pela Democracia (AJD) sobre o posicionamento da entidade em relação ao PIMESP, encaminhada à USP, à Unicamp, à Unesp e ao governador Geraldo Alckmin.

¹⁵ Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS), criado em 2005, que bonificava com 30 pontos os egressos de escolas públicas e com mais 10 pontos, aqueles que se autodeclaravam negros ou indígenas. Essa bonificação se dava no conjunto de 500 pontos, que é a média atribuída a todos os candidatos em cada uma das provas; Programa de Formação Interdisciplinar Superior (PROFIS), criado em 2010, em que estudantes que concluíram a educação básica na rede pública ingressa na Unicamp sem precisar de realizar o vestibular e, após dois anos como estudantes do programa, passa a se inserir em curso de graduação de seu interesse, segundo classificação de desempenho realizada entre eles.

ingressaram 85 estudantes indígenas, e 33,2% dos ingressantes se autodeclararam pretos e pardos (Unicamp, 2020).

Segundo estudo realizado pela Comissão Permanente para os Vestibulares (COMVEST), o rendimento dos estudantes das políticas de inclusão, em todas as áreas – artes, humanas, biológicas, exatas e tecnológicas –, é o mesmo em comparação com os demais estudantes da Unicamp (Lauretti, 2019). Entretanto, o investimento na ampliação e na diversificação do acesso não foi acompanhado pelo necessário investimento financeiro, levando as três instituições a terem dificuldades orçamentárias. Com a crise econômica vivida nos últimos anos e as manobras constantes do governo paulista, os recursos orçamentários se tornam cada vez menos suficientes e colocam em risco as instituições e sua expansão.

Conforme consta no *site* da Associação de Docentes da Unicamp (ADunicamp) (ADunicamp, 2020), as três universidades paulistas têm perdido recursos orçamentários ao longo dos anos 2000. As principais razões para isso estão na expansão de seus cursos e *campi*, sem o aumento orçamentário prometido; nos descontos equivocados do governo do estado no valor total a ser repassado para as universidades com base na alíquota do ICMS; no crescimento das despesas com pessoal, em razão da inclusão dos docentes e dos funcionários aposentados na folha de pagamento das universidades; e nos custos assumidos com os hospitais universitários, que são referência para o atendimento da população nas cidades e regiões em que se encontram.

Além das perdas acumuladas ao longo dos anos, o quadro da pandemia agravou essa situação. Segundo previsões de setembro deste ano, as três instituições perderiam em torno de 11% em seus orçamentos, colocando-as em situações difíceis até mesmo para pagar seus funcionários e professores. Diante da situação e da atuação efetiva das universidades no contexto da pandemia, os reitores reivindicavam uma parcela dos recursos federais destinados ao enfrentamento do Coronavírus, tendo em vista, em especial, a importância de seus hospitais nesse enfrentamento e o investimento de esforços conjuntos de pesquisadores, que abriram seus laboratórios para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas diretamente à pandemia, além da manutenção das atividades de ensino, por meio das plataformas e aplicativos.

A PANDEMIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS

Em meados de março de 2020, o estado de São Paulo anunciou o isolamento social devido ao aumento crescente do COVID-19. Nas três universidades públicas paulistas, após duas semanas do início do ano letivo, as aulas e as atividades técnicas e administrativas passaram a ser oferecidas de modo remoto. No entanto, as maiores dificuldades de adaptação ocorreram nas disciplinas eminentemente práticas e em cursos que demandam laboratórios, estudos de campo ou mesmo os estágios curriculares, como o caso dos estágios em cursos de formação de professores.

A sensação de que tudo isto seria provisório, o aumento do trabalho e a necessidade de uma nova rotina institucional levou a que, na maioria dos casos, não se elaborasse uma proposta pedagógica própria para a situação, reproduzindo o ensino presencial nas telas dos computadores, o que, no lugar do que parecia ser uma estratégia mais fácil e econômica em termos de esforços, está resultando no contrário, tanto para os docentes quanto para os alunos.

A Unicamp, por recomendação da equipe de especialistas de seu hospital universitário, foi a primeira a suspender as atividades. E o fez de maneira inesperada, o que desconcertou docentes e funcionários, mas rapidamente se estabeleceu contato remoto com os alunos, e as atividades técnico-administrativas também passaram a funcionar não presencialmente. Houve faculdades e docentes que não interromperam seu planejamento do curso; em outras unidades, como no caso dos professores das Faculdades de Educação, de Ciências Sociais e Artes, a maioria estabeleceu um contato diacrônico com os alunos para discutir a situação que o País e o mundo estavam passando, pressupondo que logo haveria condições de voltar presencialmente à universidade. Com o alongamento do confinamento, tomaram-se coletivamente algumas decisões para finalizar o primeiro semestre. As mais importantes foram a retomada das aulas em forma síncrona, adaptando o programa do curso às possibilidades concretas; a não contabilização da frequência dos alunos nem reprovação alguma, devido às dificuldades de conectividade e outras que os estudantes pudessem estar vivendo. Foi criado um novo conceito que o docente poderia atribuir ao estudante, em caso de dificuldades de acompanhamento nessas condições, o que deixava a situação de aprovação ou reprovação do estudante para ser revista posteriormente. Os estudantes também tiveram, todos eles, ampliado em um ano o seu prazo para conclusão dos cursos, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Na Unicamp, segundo consta em matéria da *Revista Fapesp* (Izique, 2020), para poder adaptar rapidamente as aulas, promoveu-se uma campanha, Unicamp Solidária, que arrecadou recursos destinados à compra de cestas básicas para a comunidade e para a aquisição de *chips* e pacotes de acesso à internet, ou seja, tecnologia necessária para as demandas do momento. Seu reitor, prof. Marcelo Knobel, relata que adquiriu um aplicativo para avaliação de vulnerabilidades sociais. Segundo ele, a universidade estava sendo atingida, e a pandemia apresentou-se como uma “oportunidade de estreitar laços com a sociedade”, reafirmando a importância da pesquisa e da ciência no contexto de uma pandemia como esta. A resposta imediata de diferentes áreas do conhecimento e de grupos de pesquisa nessas instituições aponta para a conexão entre a instituição pública universitária brasileira e o compromisso com as necessidades da sociedade.

No caso da USP, a universidade rapidamente redirecionou 90% das suas aulas para a modalidade de ensino remoto. Na matéria citada anteriormente, o reitor via nesse momento a oportunidade de “adaptação necessária da educação às demandas do novo século”. Na Unesp, universidade que tem 24 *campi* espalhados por diferentes cidades do estado de SP, houve também uma adaptação das aulas para a modalidade a distância.

O ensino remoto se alastrou para o interior das casas de professores e estudantes, intensificando o trabalho docente, gerando angústias e acentuando dificuldades. Essa nova configuração do ensino tem prejudicado bastante a produção das docentes e reforçado a dupla jornada entre a casa e a universidade, entre o trabalho e o cuidado. Diferentes publicações e periódicos acadêmicos sugerem que o COVID-19 está reduzindo a produtividade da pesquisa das mulheres. Essa situação, expressa na redução da submissão de artigos de pesquisadoras (Candido & Campos, 2020; Flaherly, 2020; Lawless & Dolan, 2020), resulta do acúmulo de trabalho doméstico com as atividades profissionais.

Após três meses do início do ensino remoto na Unicamp, a Adunicamp (2020b) realizou um levantamento entre docentes da universidade, para conhecer como estava a rotina de trabalho remoto. O questionário foi respondido por 400 docentes que, na sua grande maioria, se mostravam satisfeitos com as decisões e os encaminhamentos de suspensão das atividades presenciais, feitos pela universidade e com o apoio que vinham recebendo das instâncias institucionais. Ao mesmo tempo, importante ressaltar que, dentre os que se diziam insatisfeitos, as principais razões estavam em uma adesão pragmática às plataformas e aos aplicativos, sem que se considerasse a grande diversidade da comunidade universitária.

Como pontos positivos das decisões tomadas, os respondentes destacavam: flexibilização das atividades acadêmicas e administrativas; disponibilidade de plataformas digitais; mapeamento de estudantes com dificuldades de acesso a recursos tecnológicos; ações de apoio social, psicológico e pedagógico aos estudantes; e possibilidade de concretização do ensino híbrido no futuro. Como avaliação negativa, destacavam: sobrecarga de trabalho; demora para que os estudantes tivessem acesso aos equipamentos; falta de diálogo na tomada de decisão das ações; desconsideração das condições domésticas dos docentes, pois cerca de 48,3% responderam que precisavam auxiliar outra pessoa na rotina doméstica; e adesão acrítica ao ensino remoto; além das dificuldades para organizar remotamente turmas grandes de discentes.

Pelas respostas, é possível observar que a maioria tem privilegiado as aulas remotas ao vivo, que são gravadas e deixadas disponíveis em plataformas para acesso posterior de estudantes. Além disso, muitos docentes têm disponibilizado uma variedade de atividades que são intercaladas com as aulas, e tem sido grande a diversificação de meios para a comunicação com estudantes: *moodle*, *podcast*, *google classroom*, plataforma do *youtube*, etc.

Apesar de todo o empenho e o apoio que dizem receber da instituição, há relatos sobre o sentimento de exaustão que tem tomado o(a) professor(a). Além disso, cresce entre docentes a expectativa de oferta de seus cursos de forma híbrida, mesclando atividades remotas e aulas presenciais, quando, no futuro, for possível o retorno das atividades presenciais na universidade.

A situação dos estudantes também é bastante complexa. Além das limitações técnicas e de dificuldade de organização dos estudos, há enorme dificuldade em lidar com um turbilhão de emoções diante da incerteza sobre o que está acontecendo e o que está por vir. Numa série de reportagens divulgadas pelo *Jornal do Campus da USP* (“Especial EAD: Como foi...”, 2020), são várias as manifestações de estudantes nesse sentido. Em especial, a edição de setembro (Carvalho, 2020) apresenta o relato de uma estudante de jornalismo sobre o sofrimento causado com a pandemia e todas as mudanças ocorridas. Ao mesmo tempo, ela destaca como positiva a postergação das atividades remotas nas universidades federais: era necessário um tempo para se organizar emocionalmente, diz ela.

Assistir à aula sem o contato físico dos colegas e dos professores resultou numa adaptação difícil para os muitos estudantes, que acabaram se desmotivando. Segundo relatos na matéria citada, a adaptação de disciplinas práticas foi o que gerou maior frustração em muitos docentes e estudantes. Alguns fizeram a escolha pelo trancamento de disciplinas e o adiamento da finalização de seu curso, com a expectativa de ainda poder cursar essas disciplinas de forma presencial mais adiante. E agora,

com a possibilidade de continuar com ensino remoto em 2021, as turmas poderão ficar abarrotadas de estudantes matriculados.

A EAD VEIO PARA FICAR?

As atenções estão agora concentradas na reabertura das instituições educativas, no regresso dos estudantes e dos professores. Há um sentimento bastante contraditório de que, diante da tragédia que tivemos que enfrentar, é possível que se construam novos caminhos para a universidade. Uma das principais questões levantadas no debate educacional é o potencial da EaD e a necessidade de pensar, no curto prazo, no ensino híbrido.

A utilização da EaD em larga escala é uma tendência recente, que encontra respaldo nas orientações dos organismos internacionais, entre eles, o Banco Mundial e a Unesco, que têm realizado eventos internacionais e produzido documentos orientadores que direcionam os países, principalmente aqueles em desenvolvimento, a expandir a cobertura dos seus sistemas de ensino superior através da educação a distância (Castro & Araujo, 2018).

A pandemia está acelerando no Brasil a implementação de ferramentas digitais e de venda de plataformas para todos os níveis de ensino. Os gigantes da tecnologia não demoraram a perceber uma “nova janela de oportunidades”, como o empresariado gosta de dizer, e não se omitiram, ao abarrotar de ‘soluções’ mágicas o poder público e as instituições, porque a “educação não pode parar”. Esse processo fortalecerá enormemente o mercado de educação a distância ao longo prazo. Acelerou-se o crescimento exponencial da indústria técnico-educativa, de promoção do ensino híbrido para quando as instituições reabrirem suas portas¹⁶, com o intuito de provocar uma reconversão dramática do processo educacional ao serviço do capital, com flexibilização até mesmo das leis de contratação e compra de serviços pelas instituições públicas.

Para o pesquisador João Francisco Migliari Branco, da Faculdade de Educação da USP, a disseminação do ensino a distância em larga escala, mas de modo desigual segundo renda e região, é a tradução do triunfo de uma “pedagogia corporativa” [ênfase no original], baseada na imitação de paradigmas empresariais, que transformou as casas de educadores e pupilos “em espaço de trabalho e produtividade” [ênfase no original] (Neves, 2020, [n.p.]?).

A incorporação de tecnologia das universidades públicas na sua gestão, no ensino e na pesquisa não é nova, e muitas dessas instituições contam com equipamento de ponta para suas pesquisas e ensino, financiados pelas fundações estaduais e/ou federais. Porém, quando se fala no uso em larga escala de EaD e/ou do ensino híbrido, as tendências que surgiram nos últimos anos trazem questões importantes para serem ainda melhor investigadas e sobre as quais a universidade pública, em especial, precisa refletir.

¹⁶ Em outubro deste ano criou-se a Associação Nacional de Ensino Híbrido (<https://anebhi.com>).

Acadêmicos, políticos e empresários, defensores apaixonados da EaD, têm afirmado que esta é uma tendência mundial, que existem condições para ser oferecida com qualidade e sem prejudicar a saúde dos docentes e dos estudantes e que o momento da pandemia seria uma ótima oportunidade para que a universidade pública brasileira deixasse de ser para poucos, facilitando o acesso a um maior número de estudantes. Segundo outros, tem-se aproveitado de uma tragédia sanitária e social, como a que estamos vivendo, para implantar definitivamente o projeto de barateamento e de redefinição da instituição universitária pública. Esse projeto, a nosso ver, representa a precarização do ensino, impõe barreiras à experiência universitária, tão cara e importante nessa fase da vida, além de existirem evidências de que os resultados de aprendizagem por EaD deixam bastante a desejar, tanto na educação básica quanto no ensino superior (Krawczyk, 2000).

O prof. Paulo Blikstein e sua equipe, na universidade de Columbia, especializada em tecnologia educacional com equidade, explicam que nos EUA a EaD tem uma taxa de evasão de 95%. Também observam que, no caso de alunos de alto rendimento, é indiferente se aprendem por EaD ou presencialmente. A questão surge com os estudantes de baixo ou muito baixo rendimento: a aprendizagem desses alunos na modalidade presencial é muito melhor do que em EAD (Blikstein, 2020).

Falar de democratização do ensino via EaD numa sociedade como a nossa, em que não só a conectividade e os aparelhos tecnológicos são bens distribuídos de forma desigual, como também os espaços de moradia muitas vezes não comportam a possibilidade de concentração para o estudo é, sem dúvida, uma falácia. Assim, não é difícil imaginar – e este tempo de pandemia o está demonstrando – que a EaD poderá gerar uma maior desigualdade na educação brasileira.

A universidade pública brasileira deu passos importantes nas últimas décadas no sentido da democratização, passos que fizeram mudar bastante o seu perfil: a expansão, ainda que insuficiente, das universidades federais e de seus *campi*; o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM¹⁷; as políticas afirmativas, etc. Não se rompe com uma tendência histórica de um dia para outro, e podemos continuar lutando para que essas políticas sejam cada vez mais amplas e a educação universitária realmente se universalize com qualidade. Ao mesmo tempo é necessário lidar com a expansão mercantil abusiva das instituições de educação superior privadas, que oferecem a preço baixo cursos de curta duração e sem maiores exigências acadêmicas. Agora ampliada pelo aumento do oferecimento de EaD, que em 2018 já representava quase 30% do total de matrículas no ensino superior privado¹⁸ e vem se tornando a maior fonte de atração de estudantes.

A modalidade de EaD no ensino superior brasileiro cresceu, inclusive com o incentivo de políticas públicas, como alternativa para o aumento da cobertura atingir grande contingente de estudantes, reduzir os investimentos governamentais na área e compor um sistema de educação de massa (Castro & Araujo, 2018).

¹⁷ Exame Nacional do Ensino Médio. Foi criado em 1998, com o objetivo de avaliar a qualidade do Ensino Médio, através de uma prova aplicada aos estudantes concluintes desse nível de ensino. Desde 2004, no contexto da política de expansão e democratização do ensino superior no País, o governo federal passou a adotar esse exame como forma de ingresso nas universidades públicas federais. As instituições estaduais vêm, desde então, de diferentes formas, incorporando as notas que candidatos obtiveram nesse exame, como forma de classificação final em seus vestibulares.

¹⁸ Censo de Educação Superior INEP, 2019

No entanto, apesar de ter havido um crescimento de 135% de matrículas na modalidade de EaD na universidade pública, entre 2010 e 2016, é importante ressaltar que 50% das vagas oferecidas nessa modalidade permanecem ociosas (Castro & Araujo, 2018). A tendência do investimento em EaD nas instituições públicas continua aumentando; todavia, a grande ociosidade do sistema aponta para os limites que estão postos nessa modalidade e a necessária investigação, antes de tomadas de decisões apressadas e oportunistas.

A expansão da Educação superior brasileira está associada às políticas implementadas no Brasil que orientaram a flexibilização do atendimento, a diversificação institucional, a ampliação do número de matrículas por meio de políticas focais, a utilização da educação a distância e a privatização. Segundo Sguissardi (2015), essas políticas estão diluindo as fronteiras entre o público e o privado ou mercantil. São políticas que promoveram a expansão, mas mantendo um circuito de alta qualidade para poucos e adquirindo traços de sistema de massas e de baixa qualidade para muitos.

A educação formal brasileira – tanto de nível básico como a universitária – apresenta ainda uma série de problemas, mas nenhuma teoria pedagógica coloca em questão a importância do carácter presencial da educação na construção do vínculo professor-aluno. As novas tecnologias são auxiliares importantes e oferecem novos recursos didáticos, mas o contato direto é insubstituível. Uma aprendizagem através do debate e, principalmente, da autonomia do professor para poder recriar, levando em conta os questionamentos dos alunos durante uma aula e/ou um curso, e ajudar o estudante a construir o conhecimento se torna mais profícua em atividade presencial. Mas tão importante quanto isso é lembrar que a construção do conhecimento na formação universitária não se restringe à sala de aula. A convivência universitária, as bibliotecas, as participações em órgãos de representação estudantil, em instituições colegiadas de gestão, em grupos de pesquisa são, dentre outras vivências, fundamentais no processo de formação dos jovens. Há que se destacar que, sem esse conjunto de atividades presenciais, na sala de aula e fora dela, a formação de uma juventude com pensamento crítico ficará extremamente prejudicada.

Não se pode esquecer que não há educação, nem tecnologia neutra. Licínio Lima (2020) alerta para o impacto que o momento da vida universitária a distância tem provocado entre estudantes e docentes. Para ele, é fundamental que lembremos que a educação universitária é a vida acadêmica e que uma não pode se dar de forma cindida da outra. “Não há simplesmente vida acadêmica online, mas apenas fragmentos e sucedâneos”, diz Licínio Lima (2020, n. p.).

Há, entre muitos professores e gestores, um sentimento de que estamos frente ao começo de um ‘novo normal’. Consultados alguns reitores de universidades públicas pela Agência Fapesp, em matéria já citada neste artigo, encontramos algumas destas respostas: a tecnologia de comunicação *on line* veio para ficar e “evoluiremos para o ensino híbrido”, afirma o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel. Para o reitor da UNESP, Sandro Valentini, as instituições terão que ser “mais leves e ágeis”. “A mobilidade virtual será uma destas ferramentas”. Para a “conscientização do protagonismo da ciência e da tecnologia será uma das lições para o futuro”.

Mesmo que nesse momento se queira enfatizar que estamos passando por uma reorientação do ensino a distância, trabalhando mais com a ideia do ensino híbrido do que com a concepção clássica da modalidade de EAD, a mediação do ensino de graduação pela tecnologia parece ser algo

sobre o qual se precisa ainda investigar. Considerando a política neoliberal na qual estamos imersos há algumas décadas e a voracidade das empresas educacionais sobre o ensino superior, conforme Sguissardi (2008) nos alerta, é fundamental que aprofundemos a análise sobre o que pode estar em curso.

Como nos aponta Boaventura Santos (2020), o modo como as universidades públicas responderão à crise da pandemia atual será decisivo para que se posicionem diante dos ataques que têm sofrido em âmbito mundial, ou seja, diante do ataque neoliberal, que tem concebido a universidade como área de investimento potencialmente lucrativo e tem contribuído para a sua mercadorização. E também para que respondam ao ataque da ultradireita ideológica, que busca cercear a produção crítica da instituição universitária. Esses dois ataques visam impedir que a universidade pública siga produzindo conhecimento crítico, livre, plural e independente. Para o autor, a pandemia nos oportuniza pensar numa alternativa ao modelo de sociedade e de civilização segundo o qual temos vivido. Para tanto, a universidade pública tem um papel central. Para realizar essa sua função primordial neste momento tão difícil, a instituição pública de ensino superior precisa se democratizar, desmercantilizar, descolonizar e despatriarcalizar.

BIBLIOGRAFIA

- ADunicamp. (2020a). *Crise de Financiamento das Universidades Estaduais Paulistas*.
<http://adunicamp.org.br/novosite/crise-de-financiamento-das-universidades-estaduais-paulistas/>
- ADunicamp. (2020b). Relatório do GT ADunicamp sobre Condições de Trabalho Remoto Docente na Unicamp no Contexto da Pandemia de Covid 19. *Boletim Especial*.
http://adunicamp.org.br/novosite/wp-content/uploads/2020/07/RelatorioTR_AdunicampVFinal.pdf
- Almeida, W. M. (2007, janeiro/abril). Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. *Caderno CRH*, 20(49).
- A Universidade de São Paulo. (n.d.). Universidade de São Paulo.
- Alves Filho, M. (2017, junho 07). A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, Entrevista a Sidney Chalhoud. *Jornal da Unicamp*. Número especial.
<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>
- Blikstein, P. (2020, abril 24). *A educação remota e o impacto futuro*. Entrevista por Tatiana Klix. *Porvir*.
<https://www.youtube.com/watch?v=OfzW8e329qA>
- Bomba abaixo-assinado contra MP de Bolsonaro que ataca autonomia universitária. (2019, dezembro 17). *Fórum*. Notícias. <https://revistaforum.com.br/politica/bomba-abaixo-assinado-contra-mp-de-bolsonaro-que-ataca-autonomia-universitaria/>
- Brasil. (2007). Ministério da Educação. *REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais* (45 pp.). Brasília, DF. (Documento elaborado pelo grupo assessor nomeado pela Portaria n. 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º, § 2º, do Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007).

- Candido, M. & Campos, L. (2020, maio 14). Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, IESP-UERJ. <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>
- Carvalho, J. (2020, setembro 28). O enfrentamento da pandemia pelas universidades federais. Em Pauta. *Jornal do Campus USP*. <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/09/o-enfrentamento-da-pandemia-pelas-universidades-federais/> (Acessado em 15 de dezembro de 2020)
- Castro, A. M. & Araújo, N. (2018 janeiro/abril). Educação superior no Brasil e a utilização da educação a distância como estratégia de expansão e massificação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)*, 34(1).
- D'Agostino, R. (2020, novembro 19). Fachin pede que Bolsonaro explique critérios para a nomeação de reitores federais. *G1*. Brasília. Política. https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/19/fachin-pede-que-bolsonaro-explique-criterios-para-a-nomeacao-de-reitores-federais.ghtml?fbclid=IwAR1zRviL0gly5uQsfFmDLAZ4o6GXLPMoURYnVkM_k0Uj7oSRcNrzqWANfxs
- Especial EAD: Como foi o primeiro semestre de 2020 para os alunos da USP? (2020, julho 10). *Jornal do Campus USP*. Últimas notícias. <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/07/especial-ead-como-foi-o-primeiro-semester-de-2020-para-os-alunos-da-usp/>
- Euristenes, P., Campos, L. A., & Feres Júnior, J. (2015). *As políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais*. RJ: GEMAA.
- Flaherly, C. (2020, abril 21). Sem quarto próprio. *Inside Higher ED*. <https://www.insidehighered.com/news/2020/04/21/early-journal-submission-data-suggest-covid-19-tanking-womens-research-productivity>
- Gomes, R. (2020, abril 12). EaD na educação pública ignora que 42% das casas não têm computador. *Rede Brasil Atual*. Educação. <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/04/ead-educacao-publica/>
- Haas, C. M. & Linhares, M. (2012, setembro/dezembro). Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 93(235).
- História. (n.d.). Unicamp. <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/historia>
- História da criação da Unesp (n.d.). *Unesp*. <https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/>
- Izique, C. (2020, junho 16). As universidades públicas paulistas e os desafios da pandemia. *Agência FAPESP*. <https://agencia.fapesp.br/as-universidades-publicas-paulistas-e-os-desafios-da-pandemia/33408/>
- Krawczyk, N. (2020, maio 31). As falácias da Educação a Distância se alastram com (e como) o Covid19. *Carta Maior*. www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEducacao%2FAs-falacias-da-Educacao-a-Distancia-se-alastram-com-e-como-o-

[Covid19%2F54%2F47657#:~:text=Falácia%20%3A%20misturar%20EAD%20com%20uso%20de%20recursos%20tecnológicos.&text=Podem%20tornar%20a%20aprendizagem%20mais,isso%20com%20EAD%20é%20falácia.](#)

- Krawczyk, N. & Zan, D. (2020, agosto 18). Juventude acoitada: pandemia, violência policial, fundamentalismo religioso e outras ameaças. *Le Monde Diplomatique Brasil*, <https://diplomatique.org.br/pandemia-violencia-policial-fundamentalismo-religioso-e-outras-ameacas/>
- Lauretti, P. (2019, dezembro 16). Rendimento médio de estudantes das políticas de inclusão é o mesmo dos demais alunos da Unicamp. *Unicamp Notícias*. Manchete. Campinas. <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/12/16/rendimento-medio-de-estudantes-das-politicas-de-inclusao-e-o-mesmo-dos-demais>
- Lawless, K. & Dolan, J. (2020, abril 20). It takes a submission: Gendered patterns in the pages of *AJPS*. *American Journal of Political Science*. Recuperado em 14 de dezembro de 2020, de <https://ajps.org/>
- Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012*. (2012, agosto 30). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.
- Lima, L. (2020, julho 02). Universidade digital: haverá vida acadêmica online? <https://univercidade.wordpress.com/> Atualmente disponível em: <https://traces.ufsc.br/2020/07/02/universidade-digital-havera-vida-academica-online/>
- Lima, R. G. (2020). Para além do ‘trânsfuga de classe’: a socialização plural em narrativas da primeira geração de formados no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(104).
- Minto, L. (2018). Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. *Revista Brasileira de Educação*, 23.
- Neves, L. (2020, setembro 29). Pandemia coroou pedagogia corporativa, diz pesquisador da USP. *Folha de São Paulo*.
- Por que a graduação EAD superou a modalidade presencial em número de vagas. (2020). *Desafios da Educação*. EAD. Mercado. <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/vagas-ead-censo-educacao-superior/>
- Santos, B. de S. (2020, julho 02). A universidade pós-pandêmica. *Outras Palavras*. ALÉM DA MERCADORIA. <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/boaventura-a-universidade-pos-pandemica/>
- Santos, M. R., Musse, R., & Catani, A. (2020, janeiro/dezembro). Desconstruindo a Educação Superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. *Revista Eletrônica de Educação*, 4.
- Sguissardi, V. (2008, setembro/dezembro). Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, 29(105).

- Sguissardi, V. (2015, outubro/dezembro). Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educação e Sociedade*, 36(133).
- Silveira, D. (2020, abril 29). Em 2018, quase 46 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet, aponta IBGE. *G1*, Rio de Janeiro. Economia. Tecnologia. <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/29/em-2018-quase-46-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tinham-acesso-a-internet-aponta-ibge.ghtml>
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso*. São Paulo: Leya.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso: da escravidão ao Bolsonaro* (Edição revista e ampliada). Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Unicamp. (2020). *Anuário estatístico 2020. Base 2019*. <https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2020/anuario2020.pdf>
- Venturini, A. C. (2020, julho 27). As políticas de ação afirmativa em cursos de graduação. *Nexo: Políticas Públicas*. <https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2020/As-pol%C3%ADticas-de-a%C3%A7%C3%A3o-afirmativa-em-cursos-de-gradua%C3%A7%C3%A3o>
- Zan, D. & Krawczyk, N. (2019). A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro. *Revista Amazônida*, 4(2).